

ATA DE REUNIÃO Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau.	Data: 15.06.2022
---	------------------

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
15.06.2022	13h00	14h30	Virtual https://tjes-jus-br.zoom.us/j/89654495147 ID da reunião: 896 5449 5147

2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões– Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Daniel Peçanha Moreira	Juiz de Direito – Assessor Especial da Presidência Institucional
3. Ezequiel Turfbio	Juiz de Direito – Assessor Especial da Presidência – Magistrados
4. Daniel Barrioni	Juiz de Direito – indicado pela Corregedoria
5. Ricardo Furtado Chiabai	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
6. Jose Pedro de Souza Neto.	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
7. Getúlio de Oliveira Neves	Juiz de Direito - escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos abertos a todos os interessados;
8. Arion Mergár	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
9. Akel de Andrade Lima	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
10. José de Magalhães Netto	Chefe de Gabinete da Presidência – Convidado
11. Maria Elysa Gonçalves de Souza	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - Convidada
12. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - servidora indicada pela Presidência
13. Ana Clara Dávila Guedes	Servidora, escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
14. Élson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
15. Francisco Manoel Bittencourt	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
16. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
17. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
18. Roberto Branquinho Lucas	Servidor indicado pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Espírito Santo.

3. Pauta

Descrição
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fixação do calendário anual de reuniões 2. Considerações sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2022 3. Assuntos Gerais

4. Deliberações

Descrição
<p>A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes. Procedeu à leitura da pauta da reunião. Franqueada a palavra aos juízes assessores da presidência, Dr. Ezequiel falou sobre a sua preocupação para com a Administração, sobre a necessidade de realização de concurso público e sobre a necessidade de apresentação de melhores resultados. Na sequência, o Dr. Daniel se manifestou para externar a preocupação da Presidência para com magistrados e servidores. Explicou que estão sendo adotadas algumas medidas, dentre elas a contratação dos residentes jurídicos, como forma de amenizar a falta de servidores. Disse que estão sendo iniciadas as providências para o processo seletivo. Explicou ainda que o presidente vem envidando esforços melhorar o orçamento deste Tribunal, que pretende pagar os passivos, no sentido de honrar os pleitos dos sindicatos e ainda que fixou a proibição de transferir servidores do primeiro para o segundo grau de jurisdição. O servidor Elson Júnior também se manifestou para dizer sobre o que considerou questão de ordem, relacionada com os seguintes temas: 1) O presente Comitê teve como última reunião a data de 17/11/2021, portanto, há praticamente 07 (sete) meses, desrespeitando o que preceitua o §1º do art. 5º-A da Resolução do CNJ que trata das questões inerentes ao Comitê, onde prevê, no mínimo, uma reunião trimestral, situação que deixou de ser observada e extremamente importante, sob pena de se ver prejudicada questões essenciais para discussão de gestão, objetivo primordial da formação do Comitê; 2) Apesar da composição do Comitê ter sido reconduzida pela Administração do TJES para um segundo mandato, o servidor Elson Júnior entende que deveria ter sido realizada uma nova eleição para os membros do Comitê que foram eleitos de forma direta pelos seus pares, pois mesmo que haja previsão legal para recondução, conforme exposto no §4º do art. 5º da Resolução do CNJ, tal situação deveria ser precedida de uma eleição, como forma de possibilitar uma participação efetiva dos representados na escolha dos seus membros, ampliando o processo democrático. Foi explicado ao servidor Elson: A reconstituição do Comitê com a recondução dos membros só ocorreu no mês de maio de 2022 e essa foi a razão da reunião só estar acontecendo no mês de junho. Sobre a recondução dos membros foi explicado que há previsão legal para tal. Com o início da discussão da pauta da reunião foi apresentado o calendário das próximas reuniões sendo sugeridas as datas 17.08, 21.09 e 30.11 sendo o mesmo APROVADO. Lavínia questionou sobre a possibilidade de alteração das datas aprovadas ao que a Desembargadora Janete respondeu que em qualquer necessidade as datas poderão ser alteradas. Passado ao segundo ponto de pauta,</p>

o chefe de gabinete da Presidência, teceu considerações sobre a necessidade de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explicou sobre os problemas especialmente relacionados com o déficit de servidores. Disse que foram estabelecidas duas premissas (pretensões junto ao Poder Executivo) que não ocorreram: 1) Distribuição equitativa do PIB; 2) Participação do TJES no aumento da receita estadual. Assim na proposta de LDO foi fixada o seguinte parâmetro: orçamento do ano de 2021 com a correção do IPCA do período>basicamente a repetição dos valores que constam no orçamento de 2022.Sobre os saldos orçamentários foram devolvidos ao Poder Executivo o valor de 17 milhões de reais referente à sobras do orçamento do ano anterior. Este valor foi retornado ao Poder Judiciário. O chefe de gabinete explicou que a Base orçamentária não foi alterada para a elaboração do orçamento de 2023. Na sequencia foram apresentados os dados relacionados com a Fonte FUNEPJ. Fonte própria que custeia as despesas de manutenção. O chefe de gabinete explicou que ao contrário da Fonte TJES, O Fundo vem apresentando tendência de crescimento. A recuperação, iniciada no ano de 2021, se mantém e há uma estimativa de arrecadação, no ano de 2022 da ordem de R\$ 205 milhões de reais. Apesar do cenário positivo, a Administração escolheu como margem segura o valor de R\$ 170 milhões de reais, para gastos de manutenção, sendo que excedente, no valor de R\$ 35 milhões de reais, será destinado aos gastos com investimento. A cautela se justifica por conta de evitar o que aconteceu no ano de 2016 em que houve grande alteração para baixo da taxa SELIC. A desembargadora Janete se manifestou para dizer da necessidade de melhoria dos nossos serviços, além da necessidade de melhoria das condições de trabalho. Na sequência foi franqueada a palavra aos presentes, oportunidade em que a servidora Lavínia informou que alguns municípios têm interesse em ajudar na modernização do Poder Judiciário. Citou os municípios de Aracruz, Fundão e Vitória. A desembargadora Janete concordou com Lavínia. O servidor Francisco solicitou esclarecimentos em relação aos dados do Aporte. Magalhães respondeu que para o ano de 2022 estima-se um gasto entre 210 e 220 milhões de reais. O crescimento anual entre 10 e 13 por cento. Francisco ponderou que caso sobrem recursos inicialmente destinados ao aporte, os mesmos sejam transferidos para gastos. Disse ainda que em regra o aporte aumenta mais do que o orçamento, com o que Magalhães concordou e complementou dizendo que o aporte é despesa de cada poder. O aporte está no orçamento do IPAJM, porém é descontado do texto do PJES. O servidor Fabricio manifestou a preocupação do Sindijudiciário para com o calendário de tramitação e aprovação da LDO na Assembléia Legislativa. Disse que a data para propositura de emendas é de 14 a 23.06, a análise das emendas tem a data de 24 a 04.07 e a provável votação no dia 08.07. Perguntou se o TJES tem alguma proposta. A desembargadora Janete se manifestou quanto às dificuldades inerentes ao processo. A desembargadora solicitou ao Magalhaes se manifestasse. Magalhães disse que há muito tempo vem tentando manter esse diálogo com o Poder Executivo. Disse que a participação do Poder Judiciário no ano de 2019 era de 9,39 por cento. O Dr. Ricardo Chiabai concordou com a cobrança de um aumento superior à correção inflacionária. Dr. Daniel sugeriu a uma reunião entre os Sindicatos, a Amages, o chefe de gabinete Magalhães e a assessora Maria Elysa objetivando verificar sobre a possibilidade de apresentação de uma emenda. Maria Elysa explicou que o TJES apresentou

um estudo ao governador, contudo não houve êxito. Magalhães disse o Poder Executivo não quer abrir mão. Ficou acordada uma reunião para segunda feira dia 21.06 as 10 horas – virtual. Na sequência o servidor Elson Júnior disse que gostaria de fazer algumas perguntas para Maria Elysa e Magalhães, sendo os seguintes questionamentos: Quais são as principais fontes de recursos do FUNEPJ? Ao que Maria Elysa respondeu serem aquelas provenientes das custas processuais. A Desembargadora Janete sugeriu que os questionamentos do servidor Elson Júnior pudessem ser feitos na reunião de segunda feira. A servidora Lavínia disse que o processo sobre a Resolução 219 seria julgado na data de hoje (15.06.2022) A Desembargadora Janete disse que o Comitê não vai discutir nada sobre a Resolução 219 antes da decisão final do CNJ. Assim que a matéria for julgada poderá ser antecipada uma reunião do Comitê. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.

5. Aprovação